

A degradação em sítios arqueológicos: é possível o arqueoturismo no Engenho dos Erasmos, Santos-SP?

MARCELA ETTINGER NASCIMENTO

Resumo

O arqueoturismo, ou Turismo Arqueológico, é um segmento recente explorado no Brasil, apesar de não contar com técnicas que possibilitem uma fácil conscientização e conservação dos vestígios, sendo esse considerado um dos problemas que leva à possível degradação dos sítios arqueológicos. Dessa forma, a relevância desse estudo é evidenciada academicamente, com o objetivo de estimular reflexões sobre a questão, promovendo o reconhecimento de tais saberes. Socialmente, preserva-se, nesses patrimônios, a importância do social, que impulsiona a preservação. Por sua vez, a relevância profissional destaca a necessidade de atenção para a construção de planejamentos que permitam administrar o local, os atrativos e aqueles que os exploram. Assim, realiza-se uma pesquisa exploratória-bibliográfica, com procedimentos de coleta de dados e análise da narrativa de exploradores, todos do meio acadêmico. Em conjunto com o levantamento de dados e documentos, que possibilitam reflexões sobre a adequação e adaptação para os visitantes, busca-se, neste trabalho, propor uma estratégia para a conservação sem restringir o turismo.

Palavras-chave: Gestão, patrimônio, arqueologia, turismo, conscientização.

Degradation at archaeological sites: is archaeotourism possible at Engenho dos Erasmos, Santos-SP?

Abstract

Archaeotourism, or archaeological tourism, is a recent segment explored in Brazil, despite the fact that it lacks techniques that make it easier to raise awareness and conserve remains, which is considered one of the problems that leads to the possible degradation of archaeological sites. In this way, the relevance of this study is evidenced academically, with the aim of stimulating reflections on the matter, promoting the recognition of such knowledge. Socially, in these heritages, it is preserved the importance of the social, which drives preservation. In turn, the professional relevance highlights the need of attention to the construction of plans that make it possible to manage the site, the attractions and those who exploit them. Thus, an exploratory-bibliographical study was carried out, using data collection procedures and analysis of the narratives of explorers, all from the academic world. In combination with the collection of data and documents, which allows reflection on the suitability and adaptation for visitors, the aim of this work is to propose a strategy for conservation without restricting tourism.

Keywords: Management, heritage, archeology, tourism, awareness.

1 INTRODUÇÃO

O Turismo Arqueológico só conseguiu se desenvolver como uma consequência do fortalecimento tecnológico, científico e social no século XIX, uma vez que proporciona um turismo enquanto atividade organizada. Entende-se que a atividade organizada possui capacidade essencial em suas propriedades, em relação à possibilidade de visita aos parques arqueológicos, visto que não se observam resultados promissores na abertura dos parques arqueológicos sem uma organização estratégica de preservação e gestão. Por esses motivos, tem-se o estudo sobre o tema e os métodos para a preservação patrimonial por meio da gestão de patrimônio arqueológico — ou seja, a gestão de patrimônio arqueológico é considerada o mais moderno segmento da gestão, também localizando-se como *subsegmento* da gestão ambiental, cultural e social, de acordo com Pardi (2002). Isso se determinou a partir da

problematização sobre como evitar a degradação do patrimônio arqueológico em áreas semelhantes às Ruínas dos Erasmos (Santos-SP), apesar das visitas.

Pode-se entender turismo arqueológico ou “arqueoturismo” como uma atividade que:

Consiste no processo decorrente de deslocamento e da permanência de visitantes a locais denominados sítios arqueológicos, onde são encontrados os vestígios remanescentes de antigas sociedades, sejam elas pré-históricas, passíveis de visita terrestre ou aquáticas (Manzato, 2005, s/p).

Quando há o acesso ao atrativo turístico arqueológico, facilita-se a chance de experimentar o passado por meio de vestígios em cavernas e outras marcas culturais. A preservação ocorre por meio do tombamento histórico mundial, realizado pelo IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BRASIL, 1937) — que se destina a preservar a natureza e os vestígios arqueológicos encontrados. A adaptação de ferramentas e tecnologias também contribui para que não haja degradação desses bens. No Brasil, são considerados 21 territórios patrimoniais mundiais pela Unesco desde aproximadamente 1970 (UNESCO, 1972), dos quais 14 são patrimônios culturais. Esse reconhecimento é o motivo pelo qual se recebem diferentes visitas e explorações (Willems, 2011). No entanto, observam-se comentários de visitantes que apontam que a forma de visita e exploração do local deixa a desejar.

A importância e o reconhecimento da preservação do patrimônio arqueológico são essenciais, especialmente diante da falta de repasse de verbas governamentais, que compromete a conservação de um dos maiores parques arqueológicos do Brasil (Silva, 2013). Essa pesquisa busca compreender os motivos que sustentam a necessidade de preservar registros rupestres, pinturas e gravuras, que representam um inestimável patrimônio para a América do Sul. No continente, 33 países ratificados pela UNESCO possuem 97 áreas reconhecidas como patrimônio cultural, abrangendo sítios arqueológicos pré-históricos e históricos listados (UNESCO, 2007). Além disso, vestígios da presença humana datados de até 60 mil anos (Silva, 2013) são amplamente reconhecidos pelas comunidades acadêmicas, consolidando-se também como um potencial atrativo para o turismo nesse segmento emergente.

Considerando a relevância acadêmica das pesquisas bibliográficas realizadas no banco de teses do CNPQ e na página de busca dos periódicos da CAPES, percebeu-se a necessidade de se conscientizar e mobilizar para a necessidade de um plano estratégico que assegure as visitas aos parques arqueológicos, como apontaram Figueiredo e Pereira (2010)

Entende-se por conscientização “ato ou efeito de conscientizar(-se)” e cabendo ao sentido político e social como “percepção ou atividade de tomada de consciência quanto à natureza das questões de ordem política, social, econômica e cultural” assim incluindo a compreensão de singularidade de um vestígio arqueológico (Michaelis, 2018, p. 194)

Conscientização essa que pode-se fazer por meio da apresentação da fragilidade das áreas e dos vestígios aos visitantes. Como também os diagnósticos de balanceamento por parcela dos visitantes, semelhante ao dirigido pelo MARS — Monuments at Risk Survey — em 1995 na Inglaterra, com o propósito da conscientização de patrimônio. Ou seja, mediar a entrada do visitante por meio de estratégias de gestão (Gusmão, 2016), destinando-se a conscientização para evitar e reduzir o impacto de condutas negligentes.

Isso posto, verificam-se os grandes benefícios da preservação de parques arqueológicos, que detêm uma parte da história da humanidade, possibilitando a implementação de procedimentos que facilitem a visita e a visualização das gravuras e pinturas rupestres sem danificá-las. Assim sendo, a preservação não apenas facilita a pesquisa da história da humanidade, mas também proporciona uma maior resistência ao local e aos atrativos que estimulam a exploração e pesquisa em diversos setores turísticos (Silva, 2013). Isso reforça a preservação dos vestígios para garantir a continuidade da pesquisa arqueológica.

Nota-se que o turismo arqueológico como corpo metodológico-teórico só se concretizou no século XX (Figueiredo, Pereira, 2010, p. 1112): “Apesar da viagem ser uma manifestação humana antiga, por muito tempo não foi alvo de estudos acadêmicos, tanto a viagem em geral como o turismo ...” — isso é, no período das tribos nômades, o aparecimento de mais pinturas ou registros rupestres, ou seja, a viagem é um vestígio remoto e mesmo assim não faz-se reconhecida pelos pesquisadores em turismo nesse aspecto. Desta forma percebe-se a relação de arqueologia e turismo, de aproximação que ainda não são de grande envolvimento.

Observa-se que o turismólogo (BRASIL, 2012) busca o adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, mas não possui, de forma definitiva, competências para lidar com o patrimônio arqueológico. Presume-se que isso ocorra devido à escassez de objetos de estudo em pesquisas, sejam elas de finalidade básica ou aplicada. Ou seja, um pesquisador em turismo explora raramente a criação de estratégias para a preservação e o gerenciamento arqueológico. Figueiredo e Pereira (2010) mencionam que essa lacuna se deve à estranheza da área, de forma semelhante ao que ocorre com o arqueólogo diante das dinâmicas do turismo. No entanto, esse tema não está ausente do estado da arte em gestão e arqueologia, como constatado na pesquisa sobre as palavras-chave “arqueologia” e “gestão” em revistas acadêmicas vinculadas ao Scielo, Spell, Mendeley, EBSCO, Periódicos da Capes e Elsevier.

Em vista desse ângulo, Figueiredo e Pereira (2010, p. 1112) discorrem: “[...] não é surpresa quando encontramos arqueólogos sem saber como agir com a atividade turística e turismólogos sem saber como agir com o patrimônio arqueológico.”

Há evidências de que o turismo sem gestão pode contribuir para a degradação de ambientes frágeis, como os sítios arqueológicos. Da mesma forma, há indícios de que estratégias baseadas em uma gestão adequada podem impedir a deterioração dos vestígios em exposição turística.

Na citação, Willems (2011) afirma que os registros arqueológicos — sendo importante ressaltar que a palavra “registro” na passagem se refere aos vestígios e, portanto, a toda a cultura material trabalhada pela arqueologia — encontram-se cada vez mais comprometidos devido ao aumento das visitas nos sítios, ou seja, pela própria atividade turística. O crescimento da degradação acompanha diretamente o aumento do fluxo turístico. Conforme o estudo de Willems (2011), exemplos como os sítios de Petra, Machu Picchu, Pompeia e Angkor demonstram os impactos negativos do turismo, sendo Petra especialmente afetada.

A investigação por meio dos temas correlatos ao Turismo Arqueológico evidencia o estudo, a análise e a pesquisa dentro dos segmentos cultural, de gestão, preservação e ecologia. Este último se justifica pelo fato de o patrimônio arqueológico estar vinculado ao ambiente em que se insere, o que condiciona um estudo voltado à sustentabilidade e à ecologia (Medeiros, 2009). Trata-se também de um fator — ou seja, a relação com o ambiente — que pode afetar diretamente os vestígios (Willems, 2011). Diante disso, este estudo apresenta uma reflexão sobre como evitar a degradação dos parques arqueológicos — como o Engenho dos Erasmos —, mesmo diante da atividade turística.

Lista-se, assim, como objetivo identificar formas de evitar a degradação dos parques arqueológicos, como o Engenho dos Erasmos, sem impedir a atividade turística. Como objetivos específicos, busca-se: levantar o possível grau de degradação com base em pesquisas já publicadas; verificar, por meio do levantamento bibliográfico, de que maneira o turismo desenfreado contribui para a degradação arqueológica; e identificar, a partir de estudos já realizados, os meios para evitar a degradação causada pelo turismo.

O primeiro capítulo apresentará uma descrição dos contextos e casos relacionados à degradação dos parques arqueológicos, com exemplos extraídos dos estudos citados no referencial teórico. Em seguida, estabelecerá uma relação entre esses casos e os efeitos que contribuem para a deterioração dos sítios arqueológicos — efeitos também mencionados nas pesquisas referenciadas. Por fim, concluirá com a apresentação de estratégias para mitigar essas

degradações nas Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos, sem, contudo, comprometer a atividade turística no local.

Metodologicamente, a pesquisa está planejada com base exploratória-bibliográfica, adotando abordagens qualitativas e participativas junto a funcionários vinculados ao Engenho São Jorge dos Erasmos, em Santos-SP. Esses profissionais possuem contato direto com a arqueologia, o que configura a pesquisa como descritiva. Para esse fim, pretende-se utilizar como processo metodológico a análise de documentos em órgãos públicos relacionados às legislações de preservação do patrimônio arqueológico, bem como a revisão de bibliografia composta por artigos científicos e livros sobre arqueologia. Dessa forma, o critério de inclusão da bibliografia será pautado em publicações que apresentem casos de risco de degradação decorrentes de visitas e má administração.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Os Desafios Do Arqueoturismo

Os estudos de Willems (2011) evidenciam casos em que o turismo desenfreado pode contribuir para a degradação de sítios arqueológicos. No desenvolvimento de sua pesquisa, são apresentadas evidências dos impactos da atividade turística, incluindo algumas situações que o próprio pesquisador vivenciou e relatou com descrições e imagens. Dessa forma, a pesquisa de Willems (2011) traz inúmeras reflexões e sugestões sobre o arqueoturismo. Dado esses fatos, para a apresentação dos desafios da arqueologia quando exposta à atividade turística, desenvolve-se essa abordagem, vinculando-a a alguns casos no Brasil. Neste primeiro momento, serão apresentadas algumas das eventualidades reveladas nos estudos bibliográficos, sendo este um ponto de referência nesta pesquisa, pois reflete os dados que certificam os efeitos da atividade turística desenfreada, com repercussões negativas nos sítios arqueológicos.

O Turismo Arqueológico, por mais que pareça uma atividade inexistente, manifesta-se atualmente como um segmento do mercado turístico acadêmico, no qual o crescimento ocorre proporcionalmente à ampliação dos sítios arqueológicos, onde são visualizados e analisados os vestígios arqueológicos. Conforme mostra Patrícia Diguê (2010), o segmento turístico arqueológico tem feito sucesso no mundo afora. A Biblical Archaeology Society e o Archaeological Institute of America, principais entidades a promover viagens a sítios arqueológicos, recebem por ano milhares de voluntários para atividades de escavação ou exploração:

Participar de uma escavação arqueológica é uma maneira única e emocionante de vivenciar a história em primeira mão. Por quase duas décadas, a BAS vem conectando voluntários com a oportunidade de participar de algumas das escavações arqueológicas mais interessantes do Oriente Médio. Uma grande variedade de pessoas participa de nossas escavações, e indivíduos de muitas idades, origens e culturas diferentes se reúnem para compartilhar a emoção da descoberta (Biblical Archaeology Society, 2020, s/p, tradução nossa)¹.

De acordo com Willems (2011), afirmar que tratar como especulação seria levar ao possível desencadeamento do maior risco — no que diz respeito aos registros arqueológicos, que estariam comprometidos com a ameaça da degradação. Visto que essa situação tem se

¹ “Participating on an archaeological excavation is a unique and exciting way to experience history firsthand. For almost two decades, BAS has been connecting volunteers with the opportunity to participate in some of the most exciting archaeological excavations in the Near East. A wide variety of people take part in our featured digs, and individuals of many different ages, backgrounds, and cultures have come together to share the thrill of discovery (A BIBLICAL ARCHAEOLOGY SOCIETY, 2020, s/p).”

intensificado nas últimas décadas, devido ao número crescente de visitantes em sítios arqueológicos (WILLEMS, 2011). Entende-se, assim, que há uma proporção: quanto mais pessoas em sítios arqueológicos, mais ameaçados estão os registros arqueológicos. Como sugerem os estudos de Willem J. H. Willems (2011, p. 506, tradução nossa):

Isso não é especulação; Há ampla evidências de que o registro arqueológico ficou cada vez mais comprometido nas últimas décadas, à medida que o número de visitantes aos sítios arqueológicos aumentou².

As descobertas de Willems (2011) indicam que, quando inadequadamente regulado e gerido, o turismo pode comprometer o valor universal e extraordinário de alguns sítios arqueológicos devido à visitação desenfreada. Considera-se também a noção sobre esses bens culturais, antes mesmo de qualquer atividade turística; assim, a localidade e a federação responsável pelo patrimônio devem ter uma noção consciente, pois, mesmo com alta demanda, se houver gestão consciente e rígida, o fluxo não ameaçará os patrimônios. No Brasil, essa perspectiva amadureceu — embora ainda incompatível com o intuito de pertencimento, apropriação e bem cultural — iniciando efetivamente no período Vargas, com a tentativa de uma ação social motivada pela preocupação com os patrimônios arqueológicos, por parte de Gustavo Capanema, no ano de 1936 (Iphan, 2018). Um ano depois, surge o SPHAN — Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O distanciamento da noção de patrimônio cultural e apropriação foi superado nesse contexto, sendo substituído pela noção de risco-proteção.

Nos estudos de Santiago (2015), discute-se a adversa ideia de preocupação apenas em casos de risco sobre o patrimônio nacional — isto é, o patrimônio ganha visibilidade no governo somente quando alcança um ponto de risco. A passagem de Santiago (2015) se formula com base em Maria Beatriz S. R. Silva, que publicou considerações análogas na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1996, revelando que:

[...] existe a preocupação de proteger alguma coisa se há risco de perdê-la. Sem risco, basta deixar que as coisas sejam como são. Mas então, a própria noção do que constitui patrimônio cultural de um povo deve vir da preocupação de que ele deixe de existir (Silva, 1996 *apud* Santiago, 2015, p. 21)

Nota-se que, antes de qualquer preocupação com a possível extinção de um patrimônio, é fundamental a absorção da noção de pertencimento, visto que ele representa e expressa os ancestrais humanos remotos de nossa história. Essa consciência deve ser primordial, antecedendo a concepção de valorização apenas em situações de risco — ou seja, reconhecer sua importância antes que haja ameaça de extinção. Como aponta Willems (2011), essa lógica acaba por gerar uma atenção desequilibrada aos patrimônios, o que, por consequência, pode ameaçá-los ainda mais.

Na atividade turística, essa situação adversa se manifesta, como observa Willems (2011), nas controvérsias do setor, especialmente quando os benefícios econômicos são priorizados em detrimento dos valores culturais. O frequente aumento dos lucros por meio dos atrativos arqueológicos gera um contexto de identificação equivocada com o patrimônio. Para evitar esse cenário, Willems (2011) sugere a necessidade de constante vigilância, a fim de que os valores culturais não sejam desconsiderados, reduzindo o arqueoturismo a um enfoque exclusivamente lucrativo e de status — como ocorreu com o sítio de Petra. Nessas circunstâncias, em vez de prestigiar e preservar o patrimônio arqueológico, a atividade turística acaba por danificá-lo.

Por conseguinte, relata-se, e assim como aconselha Willems (2011), que sítios arqueológicos e paisagens naturais devem ser entendidos como uma raridade dos elementos

² “*This is not speculation; there is ample evidence that the archaeological record has become increasingly compromised in recent decades as numbers of visitors to archaeological sites have grown (WILLEMS, 2011, p. 506).*”

culturais, assim devem ser geridos e regularizados de forma especial em vista de manter a preservação junto aos valores científicos e históricos que dispõem.

Nesse ponto, a administração do patrimônio cultural no Brasil reconhece a seriedade que deve ser disposto no gerenciamento e regularização do patrimônio. Dado que, em muitos casos é utilizada a ferramenta de tombamento para atingir tais fins necessários. Com base no Decreto-lei 25/37, artigo 17 (BRASIL, 1937):

As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum serem destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Ainda no mesmo decreto, estabelece-se no artigo 18 os seguintes reconhecimentos (BRASIL, 1937):

Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor mesmo objeto.

Apesar disso, essas condições também colocam em risco os pesquisadores, que são lançados em um processo burocrático para a realização de seus estudos e, conseqüentemente, para a possível construção de novas estratégias de preservação. Como descreveu Santiago (2015), o objeto de pesquisa do arqueólogo são os sítios arqueológicos e os produtos culturais deles provenientes, que, ocasionalmente, são patrimônios protegidos por legislação federal. Nota-se que o arqueólogo, ao depender do estudo desses elementos, pode acabar impossibilitado de ministrá-lo. Ou seja, as concepções governamentais acabam interpretando o manuseio dos vestígios arqueológicos como uma interferência externa, submetendo os profissionais da arqueologia à autorização e fiscalização do IPHAN.

Por essa razão, caso o arqueólogo se veja subjugado por essas condições, a restrição torna-se ainda mais severa para os turistas. Como aponta Willems (2011), o turista, ao tomar consciência da importância do patrimônio, deve agir com cuidado e responsabilidade em suas interações com áreas arqueológicas abertas à exploração e visitação. Além disso, deve reconhecer o patrimônio como um portador de princípios essenciais nos domínios científico e histórico. Afinal, é fundamental que o visitante compreenda que esses artefatos remotos possibilitam aos arqueólogos a realização de estudos meticolosos.

Caso contrário, e provavelmente — se o turista não estiver consciente, não tiver sua conduta orientada e não agir com cuidado —, o patrimônio arqueológico, junto a todo seu conteúdo material e ao trabalho remoto de pesquisa, poderá ser irremediavelmente perdido. Diante disso, para evitar tais danos, é essencial, antes de tudo, mediar o entendimento do turista sobre a importância patrimonial, proporcionando-lhe a noção de valor cultural. Dessa forma, reduz-se o risco de uma descaracterização acidental dos vestígios arqueológicos.

No início das instituições voltadas à preservação do patrimônio arqueológico, especificamente por volta de 1920, com Alberto Childe, já se verificava uma influência maior na ideia de preservação dos símbolos da elite dirigente, em detrimento da apropriação e conservação de todos os bens culturais e remotos. Um equívoco semelhante de entendimento e valorização também ocorreu na década de 1930, período em que o patrimônio cultural passou por distorções devido ao plano do SPHAN de “registros da nação”. Nesse contexto, a atenção era voltada quase exclusivamente para bens edificados e arquitetônicos, enquanto o patrimônio arqueológico de períodos pré-coloniais recebia pouca ou nenhuma consideração (Santiago, 2015).

Em um aprofundado estudo sobre gestão de patrimônio arqueológico, Maria Lúcia F. Pardi (2002) descreve três casos de descaracterização no Brasil sobre os sítios líticos, cerâmicos e rupestres.

No primeiro caso, os sítios líticos no Brasil são frequentemente interpretados popularmente como intromissões de grupos contemporâneos, em vez de serem reconhecidos como vestígios de ocupação humana identificados por meio de análises técnicas. Mesmo com a comprovação científica, muitas pessoas ainda tendem a duvidar de sua autenticidade. No segundo caso, os sítios cerâmicos, embora facilmente identificáveis devido à presença de fragmentos, muitas vezes são considerados supérfluos e de pouca importância para a preservação, justamente por se tratarem de restos fragmentados. Já no terceiro caso, os sítios rupestres são mais facilmente compreendidos como registros antigos, mas ainda assim sofrem com interpretações distorcidas, sendo associados a extraterrestres ou, como relata Pardi (2002), a linguagens esotéricas.

Acerca dos sítios cerâmicos, Santiago (2015) apresenta, ao longo de seus estudos, uma breve história das constituições e, ocasionalmente, da percepção sobre a importância do patrimônio histórico e artístico nacional — IPHAN. Observa-se que, durante a era Vargas, quando se iniciam as discussões sobre a preservação dos patrimônios arqueológicos, a valorização desses bens esteve mais relacionada à preocupação com seu estado de risco ou à sua representatividade como símbolos dos grupos mineiros modernistas. Esse fenômeno se alinha ao que foi anteriormente apontado por Santiago (2015), com base nos estudos de Maria Beatriz S. de R. Silva.

Dessa forma, entende-se que as considerações sobre o patrimônio, esteja ele em risco ou não, podem ser vistas como um marco na concepção da administração do patrimônio arqueológico. Em contrapartida, há a possibilidade de um julgamento errôneo ocorrer quando um sítio cerâmico é interpretado de forma superficial. Esse equívoco refere-se a um diagnóstico adverso, no qual se considera que o patrimônio já ultrapassou o estado de risco devido ao seu aspecto físico fragmentado, levando à falsa conclusão de que essa tipologia não possui tanta importância.

Contudo, em entrevista com os exploradores do livro - Na Epiderme da Rocha - (Silva, 2014), descreve-se um caso contrário ao identificado por Pardi (2002) no que se refere ao entendimento dos sítios mencionados. Um dos exploradores relatou o que lhe foi informado durante a instrução para exploração no Museu do Homem Americano, localizado no Parque Nacional Serra da Capivara. Segundo seu relato, os primeiros habitantes da região, ao perceberem que algumas áreas continham testemunhos de expressões humanas remotas, passaram a proteger esses locais. Posteriormente, a professora Niède Guidon chegou à região, guiada por um senhor profundamente conhecedor das redondezas. De acordo com o documentário de Montenegro (2013), que confirma esse episódio, a maioria dos habitantes próximos ao parque compreende a importância dos vestígios e parecem contribuir para sua preservação, algo que permanece até os dias atuais.

Interpreta-se que os cuidados dos moradores e primeiros descobridores dos registros rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara tenham surgido do reconhecimento patrimonial e da valorização desses vestígios, associados aos antigos povos indígenas que habitavam a região. O respeito e a reverência pela cultura desses povos, que eram estimados pelos moradores locais, possibilitaram a preservação dos sítios. Atualmente, aqueles que exploram o parque se deparam com um conhecimento profundo sobre a antiguidade do território brasileiro. Esse entendimento gerou novas teorias sobre o povoamento da América do Sul.

Por conseguinte, entende-se que o gerenciamento do local e a conduta do turista, juntamente com a regularização do espaço — ou seja, por meio do planejamento — podem contribuir para a conscientização sobre o valor do patrimônio arqueológico. Ao mencionar "valor", refere-se ao peso e significado cultural e patrimonial desse patrimônio. O turismo enquanto atividade organizada e estruturada pode promover essas condições, considerando também a existência de:

[...] uma proposta de Turismo Cultural estruturada, que englobe sítios arqueológicos, poderia servir, principalmente, como um fator de conscientização da população, na medida em que a valorização de um patrimônio se encontra diretamente ligada à democratização de seu acesso (Medeiros, 2009, p. 6).

Percebe-se que, quando se compreende a importância do turismo com base nos resultados econômicos, os interesses por esse fenômeno, visto como uma ferramenta monetária benéfica, tendem a se elevar. Entretanto, no *arqueoturismo*, as condições para a efetivação dessa atividade são ainda mais delicadas, como sugere Niède Guidon (Silva, 2013, p. 7):

[...] para que isso aconteça, deverá existir uma infraestrutura que além de facilitar o acesso assegure uma visita ordenada e suficientemente monitorada que proteja a preservação do bem, seja ele cultural ou natural. No caso, temos dedicado décadas de esforços ao Parque Nacional Serra da Capivara, como Patrimônio Cultural da Humanidade por decisão da UNESCO.

Referencial importante da arqueologia no Brasil — e talvez uma identidade referencial para o *arqueoturismo* —, devido às suas pesquisas vinculadas ao Centre National de La Recherche Scientifique (CNRS) em Paris, Niède Guidon chegou a diferentes conclusões sobre a chegada do homem ao continente sul-americano, no período pré-histórico. Além de todos os seus feitos, hoje — como expresso na citação anterior —, a pesquisadora apoia o desenvolvimento do turismo como atividade organizada, administrada, regularizada, planejada e consciente em um dos maiores parques arqueológicos do Brasil. De acordo com Silva (2013), esse posicionamento é decorrente dos problemas com verbas. A situação dos sítios arqueológicos do Brasil será abordada na próxima seção.

2.2 Breve Contexto Dos Parques Arqueológicos No Brasil

Nessa seção, serão apresentados alguns casos selecionados de sítios arqueológicos no Brasil. Tais casos foram levantados pelo site da UNESCO, que revela 14 sítios de patrimônio cultural no Brasil, reconhecidos como patrimônios mundiais. Por meio do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, plataforma do IPHAN, encontrou-se em cada região os seguintes números de sítios arqueológicos (Tabela 1):

**Tabela 1 — LISTAGEM DE REGISTROS ARQUEOLÓGICOS/CNSA/SGPA POR REGIÃO
BRASIL/REGIÕES NORTE NORDESTE CENTRO- SUDESTE SUL
OESTE**

REGISTROS	5379	6064	5128	3608	7348
------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Fonte: Elaborado pelo autor com base no SGPA disponibilizado pelo IPHAN, 2020.

Notou-se que a tabela apresentada aponta que a maior concentração de registros arqueológicos encontra-se na região Nordeste. Presume-se que isso se deva, na maioria, ao estado do Piauí, que conta com 1.928 registros, assim como o estado da Bahia, com 1.402 registros. Além disso, o IPHAN constata que a região possui seis bens arqueológicos tombados. Paradoxalmente, Pardi (2002) observou que a maioria dos pesquisadores dessa área se encontra, em sua maioria, nas regiões Sul e Sudeste. Também verificou Pardi (2002) que essas regiões mencionadas frequentemente recebem verbas, realizam encontros com instituições de pesquisa e com centros de formação. Essas ocorrências colaboram com a construção dos fundamentos para o gerenciamento, mas concentrados em um grupo específico de regiões e estados.

O estudo de Pardi (2002) também aponta para problemas no estado do Amazonas, relacionados à venda de materiais arqueológicos. Dessa forma, observa-se que a concentração de programas de conscientização e gerenciamento ainda deixa a desejar em sítios que não estão

localizados nas regiões Sul ou Sudeste. De acordo com Willems (2011), pode-se afirmar que essas questões estão ligadas à ausência de barreiras eficazes para impedir a perda de material. Entende-se que, no turismo, todo material em exposição está sujeito a danos, seja por meio de toques inadequados ou desorganização, como também pela prática de levar uma peça como lembrança. Percebe-se que a falta de programas de conscientização — como os realizados nas regiões Sul e Sudeste — contribui para o desencadeamento desse tipo de conduta.

Em geral, Pardi (2002) aponta que há uma falta de material, pessoal e profissionais nas regiões arqueológicas do Norte e Nordeste. Curiosamente, Pardi (2002) coloca em exceção os sítios arqueológicos do Piauí, presumivelmente devido à época da pesquisa mencionada, o que torna compreensíveis as razões pelas quais ele fez tal julgamento. No entanto, os problemas de preservação e manutenção dos sítios e parques do Piauí não são recentes (SILVA, 2013). Dessa forma, deduz-se que o contexto dos sítios arqueológicos nas regiões Norte e Nordeste, atualmente, possa ser ainda mais agravante.

Em contextos semelhantes, encontram-se os casos do Pátio do Colégio — analisado por Manzato (2007) em São Paulo —, do Parque da Serra dos Martírios/Andorinhas — estudo de Figueiredo (2009) no Pará — e da APA Carste de Lagoa Santa — pesquisa de Medeiros (2009) em Minas Gerais. Esses exemplos de sítios arqueológicos, que passaram por análises acadêmicas, revelam casos significativos para a reflexão sobre a gestão de patrimônio em locais com fluxo turístico.

A partir dos estudos de Figueiredo (2009), notou-se que o Parque da Serra dos Martírios/Andorinhas enfrenta o desafio de ter fácil acesso a diversos eventos, o que, por um lado, pode ser positivo em termos de visibilidade, mas, por outro, resulta em possíveis agressões ao patrimônio devido à falta de conscientização dos visitantes. A pesquisa aponta que o sítio sofre com a ação de turistas desinformados sobre a relevância cultural e patrimonial dos bens locais, o que coloca em risco a preservação desses recursos arqueológicos.

A partir do exemplo citado por Figueiredo (2009), no sítio do Abrigo da Neblina, onde ocorrem festas religiosas anuais acompanhadas de acampamentos nos arredores dos sítios, percebe-se a falta de monitoramento adequado durante esses eventos. Segundo Willems (2011), esse tipo de situação pode desencadear “efeitos de longo prazo”, que se caracterizam pela deterioração gradual e muitas vezes invisível do patrimônio. Esses efeitos incluem danos acumulativos provocados pela presença constante de turistas, como o aumento do tráfego humano, acúmulo de resíduos, alteração do ecossistema local, além da possibilidade de danos diretos aos artefatos arqueológicos devido à falta de controle nas atividades realizadas nos arredores dos sítios.

Em contraste com um grande deslocamento estrutural, os ciclos de pressão menores podem iniciar um processo mais lento que consiste em três estágios: 1) rachadura por incêndios, 2) danos por umidade e 3) danos por erosão. Os ciclos de pressão acústica de menor amplitude podem iniciar fissuração por incêndio... Uma vez que a fissuração por incêndio tenha começado, a natureza pode completar o dano sem mais assistências (WILLEMS, 2011, p. 510, tradução nossa)³.

A analogia do "incêndio" utilizada por Willems (2011) é poderosa, pois transmite a ideia de um evento de grande impacto, de difícil reversão, que reflete os "efeitos de longo prazo" que podem ser desencadeados pela falta de gestão adequada do patrimônio arqueológico. Ao associar isso com os exemplos descritos por Figueiredo (2009), como o deslocamento estrutural provocado por aglomerações turísticas descontroladas, fica claro que os danos não são

³ *In contrast to major structural displacement, the smaller pressure cycles may initiate a slower process consisting of three stages: 1) fatigue cracking, 2) moisture damage, and 3) erosion damage. The lower amplitude acoustic pressure cycles can initiate fatigue cracking... Once fatigue cracking has begun, nature can complete the damage without further assistance... (WILLEMS, 2011, p. 510).*

imediatos, mas progressivos e graduais. Esses "efeitos de longo prazo" são evidentes nas rachaduras e nas erosões que surgem como resultado do desgaste repetido e contínuo, causado pelas pressões geradas pelo turismo e pela falta de monitoramento. O ciclo de pressão de ressonância, descrito no estudo, ilustra como pequenas ações, aparentemente inofensivas, podem se acumular ao longo do tempo e, eventualmente, levar a danos irreparáveis no patrimônio. Uma vez iniciada a trinca, o processo se torna quase inevitável, pois a erosão natural do tempo intensifica os danos já existentes.

O caso da foto do chip feito na Corrente do Sol em Machu Picchu, durante as filmagens de um comercial de cerveja, exemplifica bem os "efeitos de ressonância" mencionados por Willems (2011). A ação, aparentemente pontual e isolada, como a filmagem de um comercial, ilustra como um fluxo turístico descontrolado e a falta de cuidados podem causar danos significativos e duradouros em um patrimônio histórico.

Esse incidente não só sublinha a fragilidade de sítios arqueológicos como Machu Picchu, mas também exemplifica como as pressões e o impacto do turismo em grande escala podem gerar consequências de longo prazo. O "chip" na rocha, símbolo de um dano irreparável, é o reflexo de uma série de fatores que se acumulam — o excesso de visitantes, o comportamento inadequado de turistas e a falta de fiscalização — que acabam por resultar em danos permanentes a um patrimônio cultural de importância mundial.

A situação descrita no Parque da Serra dos Martírios, conforme Figueiredo (2009), ilustra claramente os efeitos negativos de um fluxo turístico desorganizado e a falta de uma gestão eficiente de patrimônio. As ações de grafiteiros, o transporte irregular de rochas pelos turistas e a desestruturação causada pela água e por construções e reformas no entorno sem respaldo adequado, representam fatores que, combinados, aceleram a degradação do sítio.

Esses problemas se alinham diretamente com os pontos discutidos por Willems (2011), que trata dos "efeitos de longo prazo" da pressão turística sobre sítios arqueológicos. A degradação do Parque da Serra dos Martírios é um exemplo claro de como a falta de conscientização e de uma administração adequada podem comprometer a integridade de um patrimônio histórico e cultural.

Além disso, o fato de não haver uma fiscalização eficaz e uma estratégia de preservação específica para o local contribui para a contínua degradação do sítio. Esse tipo de negligência pode resultar em danos irreversíveis, o que sublinha a necessidade urgente de políticas públicas mais rigorosas e de um planejamento de gestão do patrimônio mais consistente e abrangente.

Por outro lado, no caso do APA Carste de Lagoa Santa — estudo de Medeiros (2009) — descreve-se um contexto muito mais burocrático e difícil de democratizar o acesso ao parque. Medeiros (2009) menciona que isso ocorre devido ao fato de muitos dos patrimônios encontrados no sítio estarem em propriedades particulares, e que, apesar do reconhecimento, estão sujeitos ao descuido dos proprietários, especialmente por conta da desinformação sobre a importância patrimonial e as técnicas adequadas de preservação. Para esse caso, recomenda-se a estratégia de Gusmão (2016) de registrar os incidentes a que o patrimônio está submetido e divulgar seus efeitos à sociedade e à comunidade arqueológica — por meio de revistas científicas da área arqueológica.

No entanto, nem todos os sítios arqueológicos do Brasil estão submetidos a graves casos de degradação. Com base no estudo de Manzato (2007), observa-se que o Pátio do Colégio está sendo apenas descaracterizado devido a reformas inadequadas. Ainda segundo a mencionada autora, o local mantém-se preservado e aberto para um bom gerenciamento, realizado por meio de materiais informativos, guias especializados e monitorias locais constantes, que chamam a atenção do visitante caso este ameace o patrimônio com sua conduta. Nesse último caso, demonstra-se a eficiência da gestão pela divulgação de informações, um sistema semelhante ao apontado por Santos (2006).

Já em locais mais naturais, como o sítio analisado por Figueiredo (2009) e Medeiros (2009), pode-se indicar a aplicação da consciência verde como premissa para a conscientização patrimonial. Visto que a área patrimonial se amplia e se conecta aos entornos ecológicos, observa-se uma forma de ministrar o reconhecimento do vestígio a partir do entendimento do meio no qual ele está inserido. Como apontado nos estudos de Willems (2011), o ambiente está constantemente entrelaçado com o estado do vestígio arqueológico.

Não bastando a conscientização por meio do reconhecimento do ambiente que guarda o vestígio remoto, faz-se necessário um planejamento sobre o local onde estarão abertas as atividades de exploração, visitação e turismo. Tais planejamentos devem considerar os tipos de uso, as motivações, delimitações de áreas, períodos e vestígios a serem expostos, como sugere Souza (2012). Em vista disso, na próxima seção, serão abordados os fatores que alicerçam a conscientização para a exploração no local arqueológico.

2.3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa desenvolveu-se com procedimentos metodológicos referentes à pesquisa exploratória-bibliográfica, por meio de investigações em documentos de órgãos públicos (IPAHN, UNESCO, etc.) e documentos legislativos ligados à arqueologia. Tais documentos, em concordância com a pesquisa, foram estruturados com base em livros de arqueologia e artigos científicos vinculados aos periódicos CAPES, utilizando as palavras-chave: turismo e arqueologia — incluindo apenas aqueles que apresentavam casos de má gestão.

A abordagem adotada foi qualitativa, visando o aprofundamento das argumentações e descrições nas respostas do grupo de atuantes desse segmento (arqueologia). Dessa forma, pretende-se indicar soluções para amenizar os graus de degradação, assim como listar as formas de gerenciamento para sítios arqueológicos.

Realizou-se uma entrevista aberta, visando o melhor aprofundamento das narrativas dos entrevistados, com uma abordagem qualitativa-participativa. Com o intuito de extrair dados, fez-se necessário o contato com os professores ou alunos de história vinculados ao sítio Engenho dos Erasmos, os quais possuem contato com a arqueologia e estão presentes em um sítio arqueológico. O contato foi planejado por meio de encontros de chamada de vídeo, contabilizando aproximadamente uma hora de conversação, datada em 24 de novembro de 2020. Não se planejou questões iniciais; pensou-se em pedir aos entrevistados que relatassem o que vivenciaram no local, configurando-se assim uma entrevista participativa. Pretendeu-se, sempre que possível, perguntar mais sobre os fatos que esses apresentassem e que parecessem relevantes a esta pesquisa. Ao final da entrevista, foram apresentadas técnicas com base em estudos de Manzato (2005) e Figueiredo e Pereira (2010), visto que esses são pesquisadores referenciais no ramo — turismo e arqueologia — e solicitaram-se considerações dos entrevistados sobre esses estudos. As entrevistas foram gravadas para uma avaliação crítica dos dados por meio do método de análise da narrativa.

Durante as entrevistas, os participantes compartilharam suas experiências ao testemunharem diversas condutas em eventos e visitas monitoradas, destacando-se ações que representam ameaças ao patrimônio arqueológico. Apesar desses desafios, o local continua promovendo eventos e cursos que desempenham um papel crucial na conscientização do público. Todos os entrevistados, engajados em estágios por meio de vínculos institucionais, reconhecem a importância do *arqueoturismo* como uma ferramenta para aproximar o público de uma compreensão mais profunda do patrimônio, da historiografia, da dimensão sociocultural e dos saberes sobre ancestralidade.

Ao relatar suas experiências, os entrevistados destacaram que os eventos periódicos têm gerado consistentemente uma demanda expressiva, destacando-se como potenciais catalisadores para a visitação do atrativo arqueológico. A motivação para viajar ou participar

dessas excursões é atribuída às raízes profundas que despertam a curiosidade tanto no senso comum quanto no meio acadêmico. É interessante notar que, apesar da pandemia, os eventos não foram interrompidos, pois o sítio arqueológico continuou a oferecer atividades abertas ao público em geral.

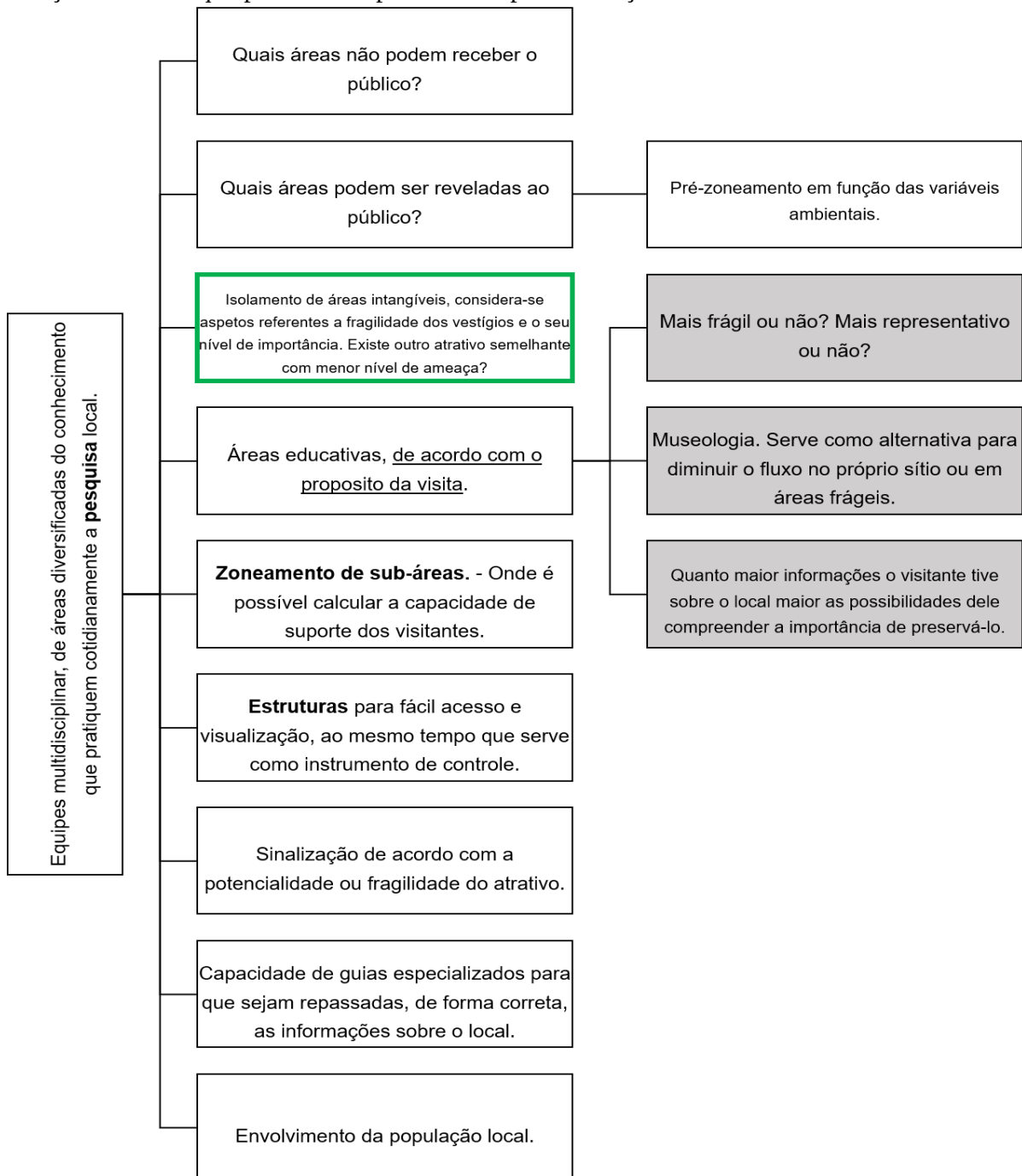
Um exemplo recente é o curso online ministrado pela Professora Doutora Joana Monteleone, que, por meio do sistema Apolo da USP, proporcionou certificados de horas. Esse curso não apenas permitiu que o público em geral participasse das atividades institucionais, mas também contribuiu significativamente para a conscientização patrimonial do local arqueológico. Esta abordagem também fortalece a gestão do patrimônio arqueológico como um importante agente social.

Na próxima seção, baseando-nos nas entrevistas e em pesquisas bibliográficas, exploraremos sugestões práticas para a aplicabilidade da gestão de patrimônio arqueológico. Essas propostas visam preservar os vestígios de maneira eficaz, ao mesmo tempo que promovem a participação e compreensão do público leigo em relação às atividades e descobertas arqueológicas.

2.3 Resultados e discussões

Os resultados são baseados em perspectivas holísticas prospectivas em investigações de Manzato (2005), Figueiredo (2009) e Willems (2011), que aplicaram seus métodos de gestão de preservação em diferentes sítios arqueológicos — sendo tidos neste estudo como os principais precursores do segmento de gestão de patrimônio com método fundamentado e de natureza aplicada. O planejamento estrutural desses autores partiu dos parques que mais evidenciam o fluxo intensivo de visitação. Em entrevista aos exploradores do sítio da Serra da Capivara (Silva, 2013), apuramos, com vista a uma melhor estratégia do sistema administrativo, o esboço que apresentamos nesta seção (Fluxograma 1). Acredita-se que, embora esse tema e local arqueológico carreguem diferenças singulares, a sistematização apresentada pode ser aproveitada em outros tipos de parques arqueológicos, sendo moldada conforme as especificidades destes.

Fluxograma 1 — Seleção de apropriação ao acesso dos visitantes: esquema sistemático para a seleção de locais que podem ser aproveitados para visitação.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Manzato (2005) e Figueiredo (2009), 2020.

3 CONCLUSÃO

Esta pesquisa procurou na arqueologia, através do *Arqueoturismo*, um novo eixo de segmento. Observar o passado para compreender o presente, tem no turismo um público que se beneficia da Cultural e História. Os parques arqueológicos do Brasil têm um público predominantemente acadêmico. Aqui evidenciou-se que o planejamento e desenvolvimento de estratégias de gestão de patrimônio possam fazer possível a abertura dos parques e sítios para

um público mais consciente e diversificado. É necessário, portanto, que se utilize o turismo para a preservação através da conscientização. Como? Evitando que o ser humano, que é nosso foco para o Turismo Arqueológico, não degrade os bens naturais e culturais do Parque. O *Arqueoturismo*, segmento que tem um público-alvo que gosta de história e cultura, pode-se beneficiar da otimização dessas estratégias. Até em momentos que as intempéries da natureza, como a chuva, impedem o acesso aos sítios arqueológicos. Que nessa ocasião ver-se nos museus, que há frequentemente nos locais, estejam como foco de melhoramentos e ampliação para atender, abrigar e conscientizar essa demanda. É importante perceber o quanto essa atividade traz benefícios, não só no lazer e no entretenimento, mas na formação das pessoas no aspecto pedagógico e didático para o acesso às informações e o respeito ao patrimônio, o respeito à natureza e à diversidade cultural.

AGRADECIMENTOS

Aos que, com generosidade e imensurável bondade, contribuíram para a realização deste estudo, minha eterna gratidão. À Elanyne Hiromi Kanashiro, por seu apoio incondicional e sua orientação perspicaz durante as aulas de Metodologia de Pesquisa do primeiro semestre de 2017, quando esta pesquisa tomou seus primeiros passos. Seu incentivo constante e sua luz suave guiaram-me na construção deste trabalho, proporcionando a clareza necessária para seguir adiante. Ao estimado Joarez Jonas Paulino, cuja paciência e expertise foram fundamentais para a conclusão da pesquisa, sempre disposto a oferecer seu auxílio com rara diligência e compromisso. À querida Yanka Oliveira de Carli, que, com sua sensibilidade e sabedoria, me brindou com sugestões valiosas de materiais que enriqueceram profundamente este trabalho, transformando cada página em um verdadeiro tesouro de conhecimento.

REFERÊNCIAS

BIBLICAL ARCHAEOLOGY SOCIETY ORG. Digs, 2020. Disponível em: www.biblicalarchaeology.org/digs/. Acesso em: 29 ago. 2020.

BRASIL, Lei nº 12.591 de 18 de janeiro de 2012. Reconhece a profissão de Turismólogo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12591.htm. Acesso em: 13 sep. 2020.

_____, Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf. Acesso em: 13 sep. 2020.

_____, Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 13 sep. 2020.

DIGUÊ, Patrícia; Turismo arqueológico: cultura e aventura estão na bagagem dos viajantes que querem ter a experiência de participar de escavações em sítios bíblicos, 2010. Disponível em: <https://rb.gy/g1yjvc>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; PEREIRA, Edithe; Gestão do patrimônio arqueológico para o turismo - análise dos sítios de arte rupestre de monte alegre e serra das andorinhas/Brasil. FUMDHAMentos, 1(9): 1112-1124, 2010.

FREITAS, Pollyana Calado de; Preservação do patrimônio arqueológico do Pilar, 2016.

GUIMARÃES, Camila; Os desafios da consciência ambiental: o marketing verde em questão, 2015.

GUSMÃO, Daniel Martins; Patrimônio cultural subaquático: preservação por meio da conscientização, 2016.

MANZATO, Fabiana; REIJOWSKI, Mirian. Turismo arqueológico no estado de São Paulo?. Revista Patrimônio, Unisantos, 2005.

_____, Fabiana; Revista de turismo y patrimônio cultural. Turismo arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueoturístico. Vol. 5, n. 1, p. 99-109, 2007.

MEDEIROS, Mirna de Lima; O turismo como ferramenta para a proteção do patrimônio cultural arqueológico: um estudo da APA carste de Lagoa Santa — MG. 2019.

MICHAELIS; “Conscientização”. São Paulo: Ed. Melhoramentos, p. 194, 2018.

MONTENEGRO, R (Direção). Serra da capivara. Representação da UNESCO do Brasil, 2013. 1 vídeo (40 min). Disponível em: <https://youtu.be/9576H-X39J8> acesso em: 04 out. 2020.

PARDI, Maria Lucia Franco; Gestão de patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação, 2002.

SANTIAGO, Djalma Guimarães; A proteção do patrimônio arqueológico: motivação, critérios e diretrizes no tombamento de sítios arqueológicos pelo IPHAN, 2015.

SANTOS, Ana Rosa dos; Preservação e conservação, o uso do marketing, 2006.

SILVA, César Agenor; CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. Na epiderme da rocha: história, educação e patrimônio na Serra da Capivara. São Paulo: Ed. Leopoldianum, 2013.

SILVA, Severino Ribeiro da; Preservação e degradação de sítios arqueológicos. Estudo de caso: sítios do riacho Ribeiro Grande no médio Capibaribe — Pernambuco, 2010.

SOUZA, Carolina Guimarães Starling de; O turismo arqueológico na preservação do patrimônio cultural: um estudo de caso dos sítios rupestres de Serranópolis-GO, 2012.

UNESCO. Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conven%C3%A7%C3%A3o1972.pdf> . Acesso em: 13 sep. 2020.

_____. World heritage list statistics. Decision 31 COM 11D.1. World Heritage Committee in 2007. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/stat> . Acesso em: 13 sep. 2020.

WILLEMS, W. J. H.; Tourism and archaeological heritage; Actes du symposium de la xvii^{eme} assemblee generale de l'icomos, icomos france, 2011, p. 506-518. Disponível em: https://www.icomos.org/Paris2011/Symposium_proceedings/INTEGRALE.pdf . Acesso em: 13 sep. 2020.